

O RETORNO DO *Bolsa-Escola*

MARCELO NERI

*Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV
mcneri@fgv.br*

“O retorno da decisão de ficar na escola (12%) embute o risco de repetência (28%) e o ganho de renda de quem passa de ano (16%)”

O agora ministro, e sempre professor, Cristovam Buarque demonstrou rara sensibilidade em manter o C do MEC: sai a Cultura, que fica sob as mãos calejadas do refazedor de cultura Gilberto Gil, e entra a Criança, compondo o Ministério da Educação e da Criança.

A educação das crianças representa o melhor investimento no futuro da nossa sociedade. Jere Berhman, do BID, demonstra que para cada ano adicional de estudo

a expectativa de vida sobe dois anos, o crescimento populacional cai 0,26 ponto percentual (p.p.), as exportações aumentam 0,7 p.p. e o crescimento da renda *per capita* sobe 0,35 p.p. É difícil imaginar investimento, social ou privado, mais rentável do que uma criança passar de ano. Algumas limitações do investimento na educação podem ser encontradas no longo tempo de maturação do investimento e nas externalidades emanadas pela escolha individual de estudar. A decisão privada de educação não incorpora

o impacto que a maior educação de cada indivíduo pode ter sobre a capacidade de aprendizagem de outras famílias. Ricardo Paes de Barros, do IPEA, demonstrou que a educação média das mães de uma determinada comunidade tem forte poder explicativo sobre o desempenho escolar da criança, mesmo controlada pela qualificação de sua respectiva mãe.

O Bolsa-Escola é um programa que tem a capacidade de atacar simultaneamente os dois problemas supracitados. Ele fornece o requerido subsídio ao retorno da

atividade geradora de externalidades positivas. Este subsídio é fornecido à vista, através de uma política compensatória que acelera o combate à miséria. O Bolsa-Escola utiliza a velocidade das políticas compensatórias para viabilizar os efeitos persistentes da educação, um verdadeiro Ovo de Colombo.

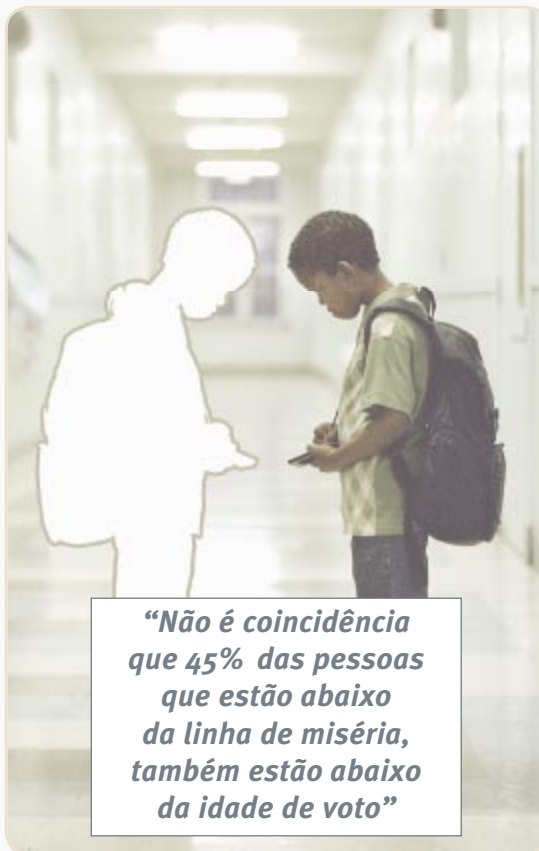
Não sei se Cristovam descobriu, ou não, o Bolsa-Escola. Neste caso, tal como as discussões sobre se o outro Cristovam descobriu ou não, a América, não passam de curiosidades. O que importa se vikings ou chineses chegaram aqui antes? Em termos práticos a descoberta relevante é a de Colombo. A História do nosso continente está dividida em antes e depois da chegada da nau de Colombo. Cristovam Buarque deu seqüência à missão iniciada no governo de Brasília, na ONG Missão Criança, cuja área de atuação hoje ultrapassa as fronteiras tupiniquins, aportando recentemente em continente africano. Aliás, o resultado da eleição no Distrito Federal em 1998 constitui um exemplo elucidador de outra limitação a investimentos nas crianças: elas não votam.

Talvez não seja mera coincidência que 45% das pessoas que estão abaixo da linha de miséria, também estão abaixo da idade de voto. O investimento nas crianças apresenta um baixo retorno eleitoral. Em outras palavras, as externalidades do ganho de educação das crianças não são plenamente internalizadas pelo mercado votante. A criança é pobre porque não vota, e tem muitos filhos porque é pobre. Aí temos instituído o ciclo da eterna pobreza creditado ao baixo retorno eleitoral de programas que visam transformar a vida das crianças.

Agora mesmo, deixando de lado externalidades diversas, a taxa de retorno da escolaridade para o indivíduo no Brasil é de 16% ao ano. Isto é, quanto para cada ano adicional de estudo acumulado a renda de quem está ocupado cresce. Senão vejamos: a renda média do trabalho de uma pessoa sem nenhum estudo é de cerca de R\$138, enquanto a de quem terminou a universidade é de R\$ 2.200.

Quando passamos da população ocupada para a em idade ativa, a taxa de retorno vai de 16% para 20%. Pois a educação aumenta não somente o salário de quem está ocupado, mas a própria chance de se conseguir uma ocupação.

Por outro lado, a taxa de retorno relevante para quem está decidindo se



vai continuar estudando, não é aquela observada *a posteriori* como apontada acima mas a taxa *a priori*. Entre estes dois conceitos existe a probabilidade de repetência que, segundo os estudos de Sérgio Ribeiro da Costa, é o principal problema educacional brasileiro. A distinção entre as taxas de retorno *ex-ante* e *ex-post* é mais do que uma curiosidade. No universo das principais áreas metropolitanas brasileiras durante as duas últimas décadas, cerca de 61% das crianças entre 10 e 15 anos estavam pelo menos um ano atrasadas. Passando aos dados de fluxo, a probabilidade de a criança neste universo passar de ano, supondo que ela freqüenta a escola por dois anos consecutivos, foi de 28%. Nesse sentido a taxa de retorno

relevante estaria mais para 12% (i.e., 72% da taxa de aprovação vezes 16% do retorno de quem tem sucesso) do que para os 16% comumente citados. Isto sem contar o prêmio de risco que seria demandado na decisão de continuar freqüentando a escola.

Para complicar mais as coisas, a taxa de retorno da educação apresenta proveitos crescentes: quando um indivíduo passa de zero para quatro anos completos de estudo, o ganho de renda é de 8% a.a., ao passo que quando a escolaridade passa de 11 para 15 anos de estudo, o retorno corresponde a 21% a.a. Complementarmente, a chance de o indivíduo conseguir ocupação é progressiva com a educação: para quem não tem estudo é de 52%, mas salta para 87% para quem completa 16 anos de estudo. Finalmente, o risco de repetência, que como argumentamos acima é parte fundamental do retorno esperado da decisão de continuar estudando, também sobe com a escolaridade dos pais, determinante fundamental da escolaridade dos filhos. A chance de um filho de analfabeta repetir o ano é de 37%, contra 13% do filho daquela que tem nível superior. Existe, portanto, uma armadilha de pobreza onde, para obter ganhos mais altos, o indivíduo tem de investir antes mediante retornos mais baixos e riscos mais altos.

O subsídio do Bolsa-Escola busca romper com o círculo vicioso da transmissão da miséria por várias gerações, dando o peixe e ensinado a pescar. Não existe programa social com retorno rápido e persistente, não apenas na renda como na cidadania de um grupo prioritariamente desfavorecido, como o Bolsa-Escola. O governo deveria talvez pensar em investir mais em programas de transferência condicionada de renda, que atacam simultaneamente causas e conseqüências da miséria, e menos em programas assistencialistas puros. Neste sentido seria desejável o retorno do Bolsa-Escola ao centro do debate social brasileiro. ■